

Quem somos?

● O Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, constituiu-se na Conferência Mundial de Mumbai (Índia) que juntou, em Novembro de 2016, delegados de 28 países.

● Em Outubro de 2022, realizou-se nova conferência mundial, em Paris, precedida de uma conferência internacional das mulheres trabalhadoras. Delegados de 43 países subscreveram um apelo que actualiza o Manifesto de Mumbai à luz da situação mundial (*).

● Compõem o comité de acompanhamento militantes operários de todas as tendências:

Camille Adoue (França)
Innocent Assogba (Benim)
Alan Benjamin (EUA)
Colia Clark † (EUA)
Adama Coulibaly (Burkina Faso)
Constantin Cretan (Roménia)
Berthony Dupont (Haiti)
Daniel Gluckstein (França)
Rubina Jamil (Paquistão)
Christel Keiser (França)
Apo Leung (China)
Nnamdi Lumumba (EUA)
Randy Miranda (Filipinas)
Mandlenkosi Phangwa (Azânia)
Liliana Plumeda (México)
Milind Ranade (Índia)
Klaus Schüller (Alemanha)
Jung Sikhwa (Coreia)
Mark Vassilev (Rússia)
Nambiath Vasudevan (Índia)

(*) Afeganistão, Alemanha, Argélia, Azânia, Bangladesh, Bélgica, Benim, Bielorrússia, Brasil, Burkina Faso, Burundi, Canadá, Chile, China, Congo, Coreia, Egipto, Estado espanhol, Estados Unidos, Filipinas, França, Grã-Bretanha, Grécia, Haiti, Hungria, Índia, Itália, Marrocos, México, Palestina, Paquistão, Peru, Portugal, Roménia, Rússia, Senegal, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Togo, Tunísia, Turquia, Zimbábue.

ESTADOS UNIDOS

“Os trabalhadores e os sindicatos têm capacidade para parar os fornecimentos” a Israel

**Erica Caines, activista do *Ujima People's Progress Party*
(organização política operária e negra do Estado de Maryland)**

No anterior boletim, publicámos um apelo de militantes de organizações operárias e negras dos Estados Unidos, que referia que era responsabilidade dos dirigentes das organizações sindicais exigir a suspensão de toda a ajuda militar e financeira ao Estado de Israel. Erica Caines é activista do *Ujima People's Progress Party*, organização política operária e negra do Estado de Maryland, cujos responsáveis são signatários desse apelo.

“É importante falar com os sindicatos. Tem havido muitos apelos a “greves de solidariedade com a Palestina”, mas sem nunca se apelar aos sindicatos: é uma oportunidade perdida.

Algumas semanas depois do 7 de Outubro, militantes concentraram-se perto de estaleiros navais para pararem, pelo menos por algumas horas, os carregamentos de cargueiros para Israel. Isto teve impacto, basta ver o lado material das coisas: por que é que os Estados Unidos apoiam Israel? Por causa da posição estratégica de Israel e da necessidade de os Estados Unidos manterem as suas posições na região. Se Israel cair, os Estados Unidos deixarão de ter uma testa de ponte na região e não conseguirão manter a sua hegemonia. É por isso que os Estados Unidos estão a intensificar o apoio a Israel. Sabemos de certas decisões tomadas em relação a Gaza para aceder aos oleodutos,

nomeadamente aqueles que os Estados Unidos querem utilizar.

Se conseguirmos bloquear as exportações, isso terá consequências financeiras, poderá ter um impacto real. Basta olhar para o exemplo do Iémen: está a ser criada uma coligação de multinacionais para impedir o Iémen de parar as cargas que passam pelo Mar Vermelho.

Por isso é preciso envolver os trabalhadores e sindicatos, que têm capacidade para impedir esses fornecimentos. É exactamente nesse ponto que a força dos trabalhadores se faria sentir. Não me recordo de alguma vez a causa da Palestina receber tanto apoio nos Estados Unidos, em todos os sectores da população. No entanto, o governo continua a apoiar Israel, não é verdade? Que os trabalhadores e os seus sindicatos se mobilizem para que não haja nem mais um barco, nem mais um avião com armas, mais nada de nada, isso terá impacto”.

PALESTINA

A propósito da autodeterminação real do povo palestino

Excertos da intervenção de Naji El-Khatib, animador da *One Democratic State Initiative* (ODSI, Iniciativa por um Estado democrático uno) na reunião, nos Estados Unidos, dos signatários da carta da ODSI aos nossos aliados judeus.

Nasci no seio de uma família de refugiados palestinos no Líbano.

Ainda adolescente, fiz parte do movimento nacional palestino, como muitos jovens da minha geração. Aí pelos vinte anos, adoptei realmente uma orientação de esquerda e aderi a uma organização de esquerda dentro do movimento palestino.

Afigurava-se-me com clareza que a questão da Palestina, portanto a autodeterminação real do povo palestino, só se poderia resolver com a libertação da Palestina.

No início, eu achava que os direitos dos palestinos deviam realizar-se sem ter em conta o outro, a ideia, portanto, de que também existe um 'outro', a quem chamamos o inimigo.

O outro, o inimigo, era alguém que tínhamos de combater, não de compreender ou com ele nos relacionarmos. A primeira vez que conheci um israelita – um militante israelita – foi para mim um verdadeiro choque, pois este encontro deu-se apenas dois anos depois de o meu melhor amigo ter sido morto por um ataque aéreo israelita a Beirute (a invasão israelita do Líbano em 1982 – NdR).

Era complicado para mim saber como havia de partilhar e falar de coisas difíceis de evocar e discutir. Fosse como fosse, depois disso e de de todos as evoluções que se deram no movimento nacional palestino, considerei-me como marxista e compreendi que a única solução, a única forma de resolver o conflito da Palestina é criar um Estado democrático para todos os habitantes da região.

Estava a trabalhar no meu doutoramento, cujo tema incidia na história da Palestina e encontrei muitos documentos que mostravam que houve palestinos, em particular um sector do Partido Comunista Palestino que criou a Liga de Libertação Nacional, que tinham formulado a proposta de um Estado democrático e secular para todos os habitantes da Palestina já em 1942.

Esta palavra de ordem foi retomada pelo Conselho Nacional Palestino em 1968, declarando a OLP que o objectivo final da luta palestina pela libertação de toda a Palestina tinha de ser um Estado para todos os seus habitantes, sem distinção entre comunidades religiosas ou étnicas.

O problema, hoje, é que esta perspectiva foi abandonada. Em 1974, a OLP publicou o chamado programa de dez pontos, que marcou o início do abandono da aspiração a uma nação palestina. A OLP chamou a este abandono luta por etapas. O programa incluía o reconhecimento da existência do Estado de Israel e a possibilidade de criação de um Estado palestino a par do Estado de Israel.

Foi aí que começou a ideia que se concretizaria plenamente nos Acordos de Oslo. Contemplar a criação de dois Estados – a solução de dois Estados – foi uma autêntica catástrofe para a luta pela Palestina.

O Estado democrático e secular proposto desde o início é, de facto, a única saída para a luta dos palestinos pela autodeterminação.

É a única resolução que pode ir ao encontro das verdadeiras aspirações de todas as comunidades

palestinas – as comunidades da Cisjordânia e de Gaza, os palestinos que se tornaram cidadãos israelitas, aqueles a quem chamamos os palestinos de 1948, e os palestinos na diáspora. O plano de partição da Palestina, que foi votado e adoptado pelas Nações Unidas em Novembro de 1947, foi o primeiro acto de obstrução do direito dos palestinos à autodeterminação (...), foi o primeiro acto de agressão contra os palestinos, porquanto estes perderam a possibilidade de criarem o seu próprio sistema político de acordo com as suas próprias aspirações.

A Resolução 181 atribuiu cerca de 56% do território palestino ao Estado judeu e apenas os restantes 44% ao Estado palestino ou, como então se dizia, ao Estado árabe (rapidamente passou a ser 78% para o Estado judeu e 22% para o Estado palestino – NdR).

O projecto sionista era criar um Estado judeu na Palestina, na maior parte da Palestina, e, ao mesmo tempo, reforçar o reino hachemita situado na Transjordânia. A partição dividia a Palestina entre o reino hachemita e o Estado sionista, criado nessa época.

A Palestina propriamente dita desaparecia completamente. A Palestina deixava de existir, pois a Palestina, a população da Palestina e a terra da Palestina tinham sido divididas entre Israel e o reino hachemita. Depois, a seguir à guerra de Junho de 1967, toda a Palestina ficou dominada por um único Estado, o Estado de Israel. Era a maneira de fazer desaparecer toda a possibilidade de autodeterminação dos palestinos. ■

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)

Eleições caóticas que anunciam uma nova fase da guerra de pilhagem

No dia 20 de Dezembro, cem mil candidatos concorreram a quatro eleições: legislativas nacionais, provinciais, municipais e presidenciais. Dada a ausência de uma rede rodoviária contínua, o material eleitoral destinado aos 44 milhões de eleitores foi transportado por via aérea, nomeadamente pela Monusco (o contingente militar da ONU). Os territórios de Masisi e Rutshuru, no Leste, foram excluídos do processo eleitoral devido à guerra que aí lavra.

Constou, por toda a parte, que as assembleias de voto abriram tarde, as máquinas de voto funcionaram mal, as populações “deslocadas” do Kivu Norte não puderam chegar às assembleias de voto, as assembleias de voto do território de Nyiragongo foram mudadas para fora dele, etc. Ao cair da noite, 40% das assembleias de voto não tinham conseguido abrir, adiando a votação para o dia seguinte.

Estas eleições desenrolam-se num contexto de guerra no Leste do país e de crise política ininterrupta desde as eleições de 2018. Recorde-se que, na véspera das eleições de 2018, um “acordo para a paz e a estabilidade na RDC”

fora negociado pelos presidentes do Egipto e da África do Sul e pelo ex-presidente do Quénia. O acordo organizava a partilha do poder entre o antigo presidente Kabila e o actual presidente (e candidato à sua sucessão) Tshisekedi. Acima de tudo, garantia “o respeito dos interesses da comunidade internacional”, ou seja, na realidade, o respeito pelos interesses mineiros do imperialismo americano.

Hoje, a guerra de pilhagem vai voltar a subir de nível. Por um lado, Tshisekedi está a desenvolver um discurso xenófobo contra as populações ruandófonas da RDC. Por outro lado, logo a seguir ao cessar-fogo entre os governos do Ruanda e da RDC negociado pela directora dos serviços secretos da administração Biden, Avril Danica Haines, formou-se no Quénia uma nova coligação político-militar, a Aliança do Rio Congo. Objectivo: “remover Tshisekedi”.

A paz na RDC é incompatível com o imperialismo.

Seja qual for o candidato que for proclamado vencedor das eleições presidenciais, a guerra entrará numa nova fase. A única

saída para a paz e a democracia é que as massas trabalhadoras e as suas organizações se mobilizem para expulsar as tropas estrangeiras, os mercenários e as multinacionais que estão a saquear as riquezas do país. Uma mobilização que imponha a nacionalização dessas riquezas, para satisfazer as necessidades do povo trabalhador e da juventude. ■

Com os nossos correspondentes do Comité por um Partido Independente e Democrático dos Trabalhadores e dos Camponeses

EGIPTO

O faraó al-Sissi presenteia-se com um terceiro mandato presidencial

À cabeça do regime militar desde 2014, o marechal al-Sissi acaba de arranjar a sua reeleição para presidente para um terceiro mandato, até 2030. Factor fundamental da "ordem" imperialista na região, o exército egípcio recebe todos os anos mil milhões de dólares da administração americana. Contribuiu para o bloqueio da faixa de Gaza desde 2007, controlando o ponto de fronteira de Rafah.

A comissão eleitoral anunciou a reeleição, com 89,6% dos votos, do candidato Abdel Fattah al-Sissi para um terceiro mandato presidencial.

Todo o processo eleitoral foi marcado por numerosas violações, incluindo a distribuição de dinheiro a eleitores pobres à porta das assembleias de voto para os incitar a votar em al-Sissi. Géneros alimentícios raros, como o óleo, o arroz e o açúcar, cujos preços aumentaram por vezes 150%, estavam disponíveis gratuitamente e em abundância à porta das assembleias de voto.

Pela primeira vez, cidadãos comuns, trabalhadores e empregados do Estado, do sector público e do sector dos serviços foram "incitados" a votar a favor de al-Sissi por vários meios de pressão e ameaças, incluindo sanções financeiras. A polícia confiscou os bilhetes de identidade dos motoristas e dos tarefeiros para os obrigar a votar. As empresas públicas levaram os seus empregados de autocarro para as assembleias de voto. O partido islamista salafista Nur mobilizou igualmente os seus apoiantes para votarem em al-Sissi.

No entanto, as assembleias de voto vazias mostraram a relutância dos eleitores. Os apoiantes de al-Sissi tiveram de se concentrar frente a elas o dia todo para dar a

ilusão de afluência às urnas. Mas muitos observadores, como a Comissão Egípcia dos Direitos Humanos e meios de comunicação social como o *Arabi Post* e *Mada Masr*, registaram a baixa afluência às urnas.

A equipa de campanha do candidato Farid Zahran, do Partido Social Democrata, denunciou violações da lei eleitoral. Os representantes dos outros candidatos também foram impedidos de entrar nas zonas de contagem, onde apenas eram admitidos os representantes de al-Sissi.

Em 2023, trinta e dois activistas políticos morreram sob custódia. Há 114.000 prisioneiros de consciência

Em outubro último, o Marechal substituiu o Conselho de Administração da Autoridade Eleitoral Suprema na sequência de investigações do anterior Conselho de Administração sobre violações dos direitos de potenciais candidatos, o mais proeminente dos quais, o antigo deputado Ahmed Tantawi, foi excluído da corrida. Centenas dos seus apoiantes e familiares foram detidos.

O Instituto dos Direitos Humanos do Cairo declarou que as eleições não foram livres nem justas, tendo em conta o arsenal de leis repressivas, de instituições

que concentram todos os poderes nas mãos do presidente e da recusa de qualquer forma de oposição e de crítica há mais de dez anos.

As autoridades também tomaram como alvo os opositores que apelavam ao boicote das eleições, punindo-os com penas de prisão ou convocando-os para serem investigados por crimes imaginários, alguns dos quais passíveis de pena de morte.

As organizações de defesa dos direitos humanos têm denunciado os muitos crimes cometidos pelo regime contra os seus cidadãos nos últimos dez anos. Registaram-se 17.000 desaparecimentos, dos quais sessenta e cinco foram encontrados mortos. Há cento e três presos de consciência ameaçados de execução. Em 2023, trinta e dois activistas políticos morreram nas prisões e centros de detenção em consequência de negligência médica, tortura ou más condições de detenção. Contam-se 114.000 prisioneiros de consciência. Nos últimos meses, foram recebidas centenas de pedidos de socorro de presos de consciência de várias prisões, queixando-se da deterioração das condições de detenção e dos tratamentos desumanos sofridos. ■

Do nosso correspondente no Cairo
Habi al Masri